

CADERNO

54

# A IGREJA E O COMUNISMO



EDITORA VOZES LIMITADA  
PETRÓPOLIS, R.J.



## ESSÊNCIA DO COMUNISMO

O comunismo é uma rebelião *organizada*, contra Deus. O grito de *non serviam!* que os anjos rebelados fizeram ouvir, nos primórdios da Criação, tem sido repetido, no correr dos séculos, por heresiarcas e apóstatas. Entretanto, estava reservado ao nosso tempo, vê-lo servir de mote e de bandeira a um sistema ímpio, a um movimento de tremendo proselitismo, a favor do Pai da Mentira. Se o primeiro e principal mandamento é o de amar a Deus, odiar a Deus é o primeiro e principal pecado. Tão impossível é rejeitar Deus no plano da Criação e da Providência, que a propalada negação de Deus no comunismo, em vez de articular-se em sofismas de natureza filosófica ou cavilações sob aparato científico, concretiza-se numa tremenda campanha de ódio. Ora, o ódio é a confissão psicológica, inequívoca, de que existe alguém capaz de receber êsse ódio, e, pois, logicamente, capaz de ser amado. Os comunistas, assim, organizaram em sistema o ódio a Deus, suprema afronta à Divina Majestade. O seu ateísmo não é teórico, é militante. Servem-se, para difundi-lo, de todos os meios, suávorios ou violentos. Sem critérios morais para escolherem seus instrumentos de propaganda, utilizam-se dos que lhes dão proveito e rendimento, lançam mão de tudo que lhes é oportuno.

Daí, a perseguição aos credos religiosos em que reconhece o comunismo existir a maior força de reação a seus princípios e métodos. Mas é, principalmente, a Igreja Católica o alvo predileto de seus ataques. Con-

tra ela assesta, de preferência, suas armas, que vão, da privação da liberdade de culto, às perseguições, ao martírio moral, à morte cruel. O Papa Pio XI afirmou que as barbaridades praticadas pelo comunismo contra a Igreja superam, em amplitude e violência, as perseguições que a Igreja já sofreu, em toda a História.

O comunismo inspirou-se em Karl Marx. Ora, toda a obra de Marx está impregnada de mística do materialismo. O seu ateísmo — como já dissemos do comunismo de nossos dias — não nasceu de considerações filosóficas, nem foi o coroamento de suas observações sociológicas. E' a sua base, foi-lhe inserido como fundamento, é o alicerce em que descansa a sua teorização econômica. E' um *a priori*, sobre o qual, mau estudante em lógica e péssimo observador da História, pensou firmar uma construção que viesse subverter a realidade. O manifesto Comunista, publicado por Marx e Engels, em 1848, como se fôra a carta de alforria para os homens do trabalho, mostra-se, antes, por seu espírito de ódio, visceralmente incapaz de produzir resultados benéficos, em ordem a seus propalados objetivos.

O que parece incrível é haver escritor católico, de grande responsabilidade, que venha, inspirado não sabemos por que propósito, afirmar, em absoluto contraste com os mais autorizados conhecedores do comunismo, que «o objeto primordial do comunismo não é destruir a religião», «seu único objetivo é destruir o capitalismo», e que «sòmente se preocupa com a Igreja para combatê-la, enquanto ela lhe parece cúmplice do capitalismo, pois êste é que representa para êle uma realidade temível, e não a religião que, em si mesma, não passa de uma bôlha de sabão».

Para que não se repita, tendenciosamente, a inverossímil afirmação, no intuito de embair os menos lidos no assunto, vamos trazer, aqui o testemunho de dois homens, que foram comunistas, um, Nicolas Bardiaeff, russo e militante só na primeira hora, filósofo notável,

convertido ao cristianismo, embora não católico (e por este motivo, insuspeito); outro, Ignace Leep, holandês, também filósofo, até há alguns anos militante da seita, depois convertido ao catolicismo, hoje sacerdote, autor do livro *Itinerário de Marx a Jesus Cristo*.

Do livro *As Fontes e o Sentido do Comunismo Russo*, de Berdiaeff, extratamos os trechos mais expressivos sobre o sentido do comunismo.

Diz aí o ex-comunista russo: «E' precisamente o caráter religioso do comunismo, é sua *religião* (grifo no texto francês) que o tornou anti-religioso e anticristão».

Depois: «Mostrar-se o comunismo inconciliável e hostil, em face de toda religião, não é puramente casual; está na própria essência de sua concepção do mundo». «Se, de fato, o comunismo se opõe a toda religião não é tanto pelo sistema social que ele encarna, como por que representa, ele próprio, uma religião. Pois ele quer ser uma religião, capaz de substituir o cristianismo; pretende corresponder às aspirações religiosas da alma humana e dar um sentido à vida».

Ainda: «O comunismo autêntico e integral não pode mais ser crente da religião, não pode mais ser cristão. Deve ser materialista e ateu, e ateu militante. Não é suficiente adotar o programa social do comunismo, para pertencer ao Partido. E' necessário aceitar sua fé, que se opõe à fé cristã e na qual está a essência do comunismo. Este postulado é relevante em toda a literatura soviética».

Em outro de seus livros, *Problema do Comunismo*, diz o filósofo russo: «A difusão do ateísmo militante, a propaganda anti-religiosa, constitui uma das tarefas principais da filosofia soviética. Nada mais odioso para os marxistas-leninistas, que qualquer tentativa de conciliação do cristianismo com o socialismo e o comunismo. Temem que a Igreja acolha o socialismo para assenhorear-se da alma dos trabalhadores». Acrescenta Berdiaeff que a propaganda contra a religião é um dos elementos

da luta educativa dos comunistas entre a massa inculta, e chega a constituir, associada ao ateísmo militante, uma nova e espantosa idolatria.

De outro trabalho *O Marxismo e a Religião*, colhemos uma passagem que responde frontalmente àquele escritor, para quem o sistema é mais infenso ao capitalismo que ao cristianismo: «O marxismo opõe-se muito mais ao cristianismo que ao capitalismo, pois promana inteiramente dêste, está contaminado de seu espírito e mantém-se no seu mesmo plano. De fato, o socialismo marxista tende a tomar o lugar do cristianismo».

Temos agora o depoimento de Ignace Leep. Em seu livro *O Marxismo, Filosofia Ambígua e Eficaz*, escrito após sua conversão ao catolicismo, diz êle que para os marxistas «a religião — é alienação da consciência do homem, e muito pouco serviria a libertação econômica, se a consciência permanecesse alienada. A libertação da consciência é o fim principal da revolução, sendo a libertação econômica tão só uma condição necessária àquele objetivo».

Assim, êstes testemunhos acima citados são de autoridades intelectuais, de homens que conheceram o sistema comunista por dentro e por fora. O valor de suas palavras é inapreciável.

## O JULGAMENTO DA IGREJA

Todavia, maior que a dêsses testemunhos é a autoridade dos Pontífices, que, ao condenarem tais sistemas e reprimirem suas práticas abusivas, não só se fundamentam em seguras provas históricas, como têm a sagrar-lhes a palavra o auxílio divino, a iluminação do Espírito Santo. Para os fiéis católicos, mais não é preciso para esclarecer-lhes a mente e ditar-lhes a conduta, do que as definições e advertências emanadas da

Sé Apostólica, através das encíclicas e mensagens pontifícias.

Dois anos antes do lançamento do Manifesto Comunista, o Papa Pio IX, em 1846, assim qualificava esse sistema, como «nefanda doutrina, sumamente contrária ao próprio direito natural, e que, uma vez admitida, levaria à subversão radical dos direitos, das coisas, das propriedades de todos, e da mesma sociedade humana» (Enc. *Qui pluribus*).

Leão XIII, chamou ao sistema «peste destruidora, que, infeccionando a medula da sociedade humana, a levaria à ruína» (Enc. *Quod Apostolici muneris*, 1878).

Pio XI, nas Encíclicas *Miserentissimus Redemptor* (1928), *Quadragesimo anno* (1931), *Caritate Christi compulsi* (1932), *Acerba Animi* (1932), *Dilectissima nobis* (1933), condenou as perseguições provocadas pelo comunismo na Rússia, no México, na Espanha. Mas, não contente com esses documentos, o Pontífice dirigiu aos católicos a Encíclica *Divini Redemptoris*, em 19/3/1937, na qual trata especificamente do comunismo, de maneira tão clara e com tal firmeza, que essa carta passou a ser considerada qual verdadeiro farol, aceso no alto da cidadela da Igreja, para definitiva orientação dos fiéis, em matéria que, tão de perto, diz respeito à sua salvação eterna.

Enumera aí Pio XI as falsas doutrinas do marxismo-comunismo: o ilusório ideal que oferece o seu materialismo vilipendiador da verdadeira nobreza do homem, as teorias dissolvedoras da família e da sociedade. Todas as verdades cristãs sofrem o mais terrível combate, do sistema comunista que, em lugar delas, apresenta, somente, irreais e fantásticas hipóteses, porque calcadas em pressupostos anti-naturais e anti-históricos.

Daí a severa e justa caracterização que o Pontífice aplica à doutrina e prática do comunismo, ferreteando-o com este conceito, que, pelo seu rigor filosófico, não se coaduna com a mais leve transigência diante das dou-

trinas comunistas e proscreve qualquer atenuante de sua prática: *Intrinsecamente mau é o comunismo, e não se pode admitir, em campo algum, a colaboração recíproca, por parte de quem quer que pretenda salvar a civilização cristã.*

Não é senão uma tática diabólica essa de oferecerem os comunistas a mão aos católicos. Visceralmente contrário é o sistema ao que quer que pareça colaboração ou simpatia com os católicos. Nota-o Berdiaeff: «Nada é mais odioso para os marxistas-leninistas que quaisquer tentativas de conciliação do cristianismo com o socialismo e o comunismo» — eis um passo já atrás citado e vale a pena repetir para, assinalando a repugnância que mostram os comunistas em se aproximarem dos cristãos, ficar provado, sem réplica, que seus acenos de confraternização são ditados por uma estratégia manhosa e pérfida.

Quando, em França, o mentor comunista Thorez estendeu o braço para um apêto de mão com os católicos, alguns dêstes, ingênuos e de boa fé, enredaram-se nas malhas do adversário. Outros, prudentes, e, por sua vez, maliciosos, não corresponderam ao convite.

Por êsse tempo, o Cardeal Verdier e outros bispos, de França, foram recebidos por Pio XI. Era pelo Natal (1937) e o Papa, entre outras coisas, lhes disse: «O bom médico não recusa a mão que lhe é estendida pelo que sofre. O bom Pastor do Evangelho tem grande solicitude pela ovelha que se desgarrou das noventa e nove que permaneceram no redil. Sim, é preciso que, nobremente, cristãmente, com infinita caridade, respondamos aos que de longe nos chamam: «Em nome de Cristo que vos ama, nós vos saudamos. Mas de nós o que desejais? Que esperais de nós? Vossas doutrinas não são as nossas. As nossas são as de Cristo e da Igreja, e bem sabeis que, por defendê-las, os nossos se fizeram mártires, e que seguiremos, se fôr preciso, o seu exemplo. Colaboração? Nossa ação é penetrada de espiritua-

lidade, enquanto o materialismo informa a vossa. E esse elemento espiritual que para nós é a alma e a verdadeira beneficiadora de toda atividade, essa vós a rejeitais. Assim é possível colaborarmos? Queremos, nós cristãos, socorrer e consolar os que sofrem, auxiliar o trabalhador a reivindicar todos os seus direitos, e preparar a reconciliação de todos os homens, na justiça e na caridade. Se esse gesto da mão estendida significa, de vossa parte, o desejo de conhecer melhor vossos irmãos católicos para melhor respeitardes suas convicções, seus sentimentos e suas obras, com a religião que os inspira, então, sim, a Igreja não se esquivará a realizar esta obra de luz... E não tardareis a ficar sabendo que a Igreja pode concorrer, poderosamente, para a felicidade de todos...»

E quando as palavras de Pio XI foram torcidas à feição do nazismo, que, tendenciosamente, acusou o Papa de oferecer aliança ao bolchevismo, o Cardeal Gerlier sublinhou o verdadeiro sentido das palavras pontificais. «Permaneceremos — diz o Cardeal — em qualquer circunstância fraternais para com aqueles que nos estendem a mão. Nem uma palavra, sequer um gesto em nós, que venha agravar as dificuldades. Caridade, caridade para com todos! Principalmente, pela firme manutenção da verdade, que é — no-lo disse o Papa — a primeira e a mais indispensável de todas as caridades. E como seria lamentável a caridade, que, com a desculpa do amor para com nossos irmãos, arriscasse a aprofundá-los, ainda mais, no abismo, em que eles chegaram a perder o sentido de sua dignidade autêntica».

Faz-se, então, necessário dissipar, de uma vez para sempre, a ilusão (que ia dando oportunidade a que se criasse uma categoria estranha de cristãos e católicos) de que a religião e a Igreja seriam beneficiadas com a aliança, temporária ou circunstancial, entre católicos e comunistas, para consecução de objetivos sociais aparentemente semelhantes.

E' a pecaminosa teimosia em aliar Deus e Belial, numa empreitada claramente impossível, desde os tempos bíblicos.

O Padre Lebreton cita, em seu livro *Suicídio ou Sobre-vivência do Ocidente*, a opinião de James Burnham (*Pour la domination*), a respeito de quaisquer frentes únicas, de que faça parte o comunismo. Eis palavras de Burnham: «Para o comunismo, aderir a uma frente única implica em aproveitar de uma ocasião própria para enfraquecer os seus componentes, indivíduos ou organizações, e destruir a sua influência política. O objetivo que dera origem à constituição da frente única torna-se pretêxto ou armadilha. Qualquer que seja o objetivo, a participação numa frente comum é sempre desfavorável aos não-comunistas. Para os comunistas a única fórmula admissível de unidade é o domínio absoluto pelos comunistas. Só é possível entendimento com o comunismo, capitulando-se diante dele. Muitos não compreendem que os comunistas que se associam às suas atividades não desejam resolver os problemas, mas torná-los insolúveis».

E a tática chega a tal ponto, que, cômicos, como se acham, de serem repudiados, simulam aderir à causa que desejam derrotar. E' a ronha diabólica, em sua mais sutil malignidade.

A questão da participação de comunistas e católicos, no sistema, no Partido ou em movimentos comuns, foi para os católicos definitivamente encerrada com a promulgação do decreto da Congregação do Santo Ofício, em que terminantemente fica vedado aos católicos inscrever-se no Partido Comunista ou de prestar-lhe qualquer apoio.

Não nos é preciso estender e documentar a afirmação da nocividade do comunismo, porque hoje são demasiadamente notórios os efeitos desastrosos do sistema, em todos os países em que se professam suas doutrinas e se pratica seu programa. A Rússia vive num clima de

vilipêndio de tôdas as liberdades. Sua economia dirigida ainda há pouco não pôde disfarçar o fracasso no domínio agrícola — tão certo é que as atividades do trabalho têm de ser abençoadas para que dêem fruto, e que estêreis são os esforços, quando Deus não manda o orvalho fecundante. Os países satélites nos oferecem um sinistro panorama: liberdades suprimidas, economia sob moldes tirânicos, vida intelectual pautada sob critérios policialescos.

E que dizer da vida religiosa dêesses povos, em que nem tudo, felizmente, se afere pelo estalão comunista? Aí vive a Igreja silente, pujante no seu martírio, fervorosa na sua vida oculta em Cristo, cultivando uma sementeira fecunda de resultados que só Deus conhece.

O despotismo dos dirigentes comunistas é cego e ignorante. Não sabe que, represando a vitalidade das almas, dá-lhes mais fôrça, e à fôrça uma resistência divina.

Ignace Leep, no seu livro já citado *Itinerário de Marx a Jesus Cristo*, conta o que viu na Rússia. Quando ela perigava, ante a invasão germânica, Stalin, o ex-seminarista da Geórgia, sentiu a necessidade de pedir ao povo uma reduplicação de energia. Que fêz? Abriu as portas das igrejas, franqueou as práticas religiosas, deu liberdade às orações públicas. E que aconteceu? Foi um desordar das multidões para os templos, numa corrida ansiosa por desafogar as almas. E — quem nos conta é Ignace Leep — o que se viu foi a invasão das igrejas por jovens militantes comunistas, oficiais do exército vermelho, «uns e outros modelados na escola do mais autêntico materialismo ateu», que ali se apresentavam para fazer-se batizar ou casar, segundo suas mais antigas tradições religiosas. E Leep conclui: «tinha ficado prêso ao cristianismo o inconsciente da juventude soviética». E até nos cárceres, em que expiavam sua heróica inconformidade com o regime, numerosos cristãos levavam vida religiosa, fiéis à sua educação. E ainda é Leep quem afirma ter havido, nessas prisões, milhares

de ordenações sacerdotais, dezenas de sagrações episcopais. O fluxo das almas atraídas pelo magnetismo do infinito, não o consegue deter o despotismo mais poderoso e mais cruel. Um dia — e praza a Deus não venha longe — a Rússia irá provar essa verdade, com o naufrágio do seu impiedoso sistema nas vagas de orações e sacrifícios extravasados das almas oprimidas, quando a misericórdia de Deus, aos rogos de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, decidir que a hora é chegada. Não inúteis, nas contas divinas, serão as lágrimas choradas por milhões, pedindo a redenção da Rússia.

Os Sumos Pontífices que têm condenado as doutrinas execráveis do comunismo e reprovado, com santa vee-mência, as suas práticas vexatórias da pessoa humana, criatura de Deus, não têm cessado de orar pela Rússia e de recomendar também o façam todos os fiéis do orbe católico. Sabe muito bem o Pai da Cristandade distinguir, naquela Nação, do sistema que compulsòriamente lhe impuseram, os que a êle vivem submissos pelo terror. E a êstes tem mandado carinhosamente mensagens de conforto para os dias presentes, como de esperança para o futuro, com a certeza de que Deus ouvirá as deprecações angustiadas do mundo católico. Mas nem mesmo os déspotas o Santo Padre exclui de suas preces, exorando do céu lhes dissolva o coração empedernido e lhes dê a graça da conversão.

## **A IGREJA E O POVO**

Herdeira a mandatária de Nosso Senhor Jesus Cristo, e a cujos ouvidos soa perenemente aquêlê brado de co-miseração do povo, «Misereor super turbam», a Igreja não iria esperar que o comunismo lhe viesse ensinar a compadecer-se dos humildes e dos pobres.

Ê, pois, injusta a alegação de que a Igreja só despertou no campo social, por injunção do Manifesto Comu-

nista, publicado por Karl Marx em 1848. Sem que seja preciso remontar a épocas mais recuadas, inclusive à Idade Média, que o próprio Marx classifica de «a idade de ouro dos trabalhadores», é fácil demonstrar que os católicos, insatisfeitos com iniciativas de caridade individual, estudaram planos e procuraram meios de remediar os males sociais, mediante uma terapêutica para as suas causas. Aliás, nisso mais não faziam que obedecer a um impulso inelutável de sua alma e dar corpo às premissas lógicas de sua Fé.

Para relembrar os precursores de Leão XIII, nos tempos vizinhos do Manifesto de Marx, basta citar os mais ilustres. O Cardeal de Croï, arcebispo de Ruão, verdadeira, em termos candentes, o abuso de impor aos meninos trabalho superior às suas forças.

Em 1845, monsenhor Rendu, bispo de Annecy, escreve um relatório sobre a questão operária. Aí, condena êle os patrões que se prevalecem da necessidade do trabalhador, para vergá-lo às suas imposições.

Em sucessivas Cartas Pastorais, de 1837 a 1841, monsenhor Belmar, arcebispo de Cambraia, censura, veementemente, a ganância dos que recrutam operários para aumentarem sua fortuna, da qual tiram migalha para remunerá-los.

Monsenhor Affre, arcebispo de Paris, escreve, em 1848, uma Carta Pastoral sobre os abusos sociais, e dá seu apoio à Sociedade de S. Francisco Xavier, que promovia eficaz ação social.

E a mais notável Carta Pastoral desses tempos é a de monsenhor Giraud, outro dos arcebispos de Cambraia, impressionado como ficou ante a perturbação que, na economia do trabalho, produzira o grande surto industrial. E já então previra êle os sofismas que o socialismo haveria de criar para confundir os resultados sociais do catolicismo com os ideais daquele sistema, confusão aliás impossível, em face da hierarquia de fins, por Jesus Cristo mesmo estabelecida: «Buscai primeiro

o reino de Deus e sua justiça; e o resto vos será dado por acréscimo».

Na França, há ainda nomes inolvidáveis: Philippe-Joseph-Benjamim Buchez, Armand de Melun e o admirável Frederico Ozanam.

Mais tarde, outra leva de pioneiros: Léon Harmel, Marquês de la Tour du Pin e Conde Alberto de Mun.

Na Alemanha, corre, paralelamente com a França, o frêmito dêsse catolicismo angustiado. A revista «Der Katholik» discorre sôbre a «escravidão nos países cristãos». O clero protesta contra o trabalho de menores. Em 1842, o bispo de Speier, monsenhor Weis, pede ao govêrno bávaro proibir o trabalho aos domingos. Ao rei da Baviera escreve narrando a «situação amargurada em que vive o proletariado industrial».

Três nomes na Alemanha representam a pujança do pensamento social católico: o Barão von Schorlemer-Alst, da Westfália; o Padre Adolfo Kolping, da Renânia; e o maior dêles, monsenhor Ketteler, chamado o bispo dos operários. O Barão von Schorlemer-Alst trabalhou intensamente pela elevação do homem do campo e pela melhoria de suas condições de vida. Tomou parte saliente na política agrária, como representante no parlamento da Prússia e no Reich. No terreno da educação social foi que se distinguiu o Padre Kolping. Em Colônia, há um monumento em sua memória. E' inesquecível o nome de monsenhor Ketteler. No Reichstag, foi o paladino desassombrado de uma política social arrojada. E' célebre seu sermão na catedral de Mogúncia, em 19 de novembro de 1848, sôbre o direito de propriedade. Sua obra principal, a propósito de política social, denomina-se *O problema operário e o Cristianismo*, e data de 1864. Na atividade do Bispo dos operários, sucedem-se e interpenetram-se três etapas: primeiro, a reforma interior, como fundamento da caridade; depois, a reforma das instituições; e, enfim, a fase de organização, em que propugna o cooperativismo.

Recordemos seis pontos em que monsenhor Ketteler encerrava as reivindicações que os operários deveriam defender através de suas associações profissionais:

1) aumento de salário, correspondente ao verdadeiro valor do trabalho;

2) redução das horas de trabalho para um período não nocivo à saúde;

3) regulamentação do dia de repouso, que será considerado não como hiato no ganho do trabalhador; eis aí a idéia do repouso remunerado, que se atribui aos modernos e já era, há um século, vigoroso pensamento do catolicismo social;

4) proibição de trabalho a menor em idade escolar. Considerava ele isso uma incrível monstruosidade, o assassinio, a fogo lento, do corpo e da alma da criança;

5) proibição do trabalho das mulheres nas fábricas, principalmente das que são mães;

6) proibição do trabalho das moças nas fábricas.

E as idéias do bispo de Mogúncia germinaram as «Jornadas Católicas»: em Colônia em 1858, tratou-se dos jovens e dos emigrantes; em 1859, em Friburgo, ainda dos jovens; em 1862, em Aguisgran, do pessoal doméstico; em 1863, em Francfort, do problema dos operários; em 1864, em Wurzburg, do trabalho nas fábricas; em 1865, em Treveris, dos emigrantes; em 1865, em Insbruck, do proletariado industrial; em 1869, em Dusseldorf, da ação social. E em Mogúncia, em 1872, pronuncia mons. Ketteler seu grande discurso sobre «Liberalismo, socialismo e cristianismo». Para o inesquecível mestre e guia do pensamento social católico, não é preciso maior consagração, do que a que lhe deu Leão XIII, chamando-lhe seu «ilustre precursor». Sucessor e continuador de Ketteler foi, na Alemanha, o cônego Hitze.

Na Áustria, lembrem-se os nomes dos seguintes, todos iniciadores e propulsores da política social católica: Barão Karl von Vogelsang, conde von Blome, von Kuefstein, príncipe de Lichtenstein e, o dominicano padre Weiss.

Na Suíça, monsenhor Mermillod e Gaspar Decurtius.

Na Inglaterra, há um nome que vale um equipo: o Cardeal Henry-Edward Manning. Suas preocupações sociais, êle as trouxe do seu tempo de pastorado no anglicanismo. Convertido, sacerdote, bispo, cardeal, concentrou seu apostolado na redenção dos oprimidos e dos pobres. Numa greve dos «dokers» de Londres, que durou seis meses, êle foi que, como intermediador, fêz voltar, satisfeitos, à sua faina, 250 mil trabalhadores. A dádiva que dêles recebeu, aplicou-a em benefício dos próprios doadores. O coração dêsse velho bispo nunca bateu senão pelos infelizes e deserdados. Nêle pulsava uma força mais vigorosa e mais avassaladora para o bem, do que a que palpita, de ódio, em tôda a literatura comunista, sob dissimulada crítica científica da economia dominante.

Nos Estados Unidos, registem-se os nomes de monsenhor John Ireland e o Cardeal James Gibbons.

A Itália tem um nome que vale um contingente: Giuseppe Toniolo. Sem falar no homem, que, na caridade individual, simboliza uma epopéia: S. José Cottolengo.

O pensamento católico e social da Espanha é iluminado pelo padre Jaime Balmes, que teve coincidências proféticas com a doutrina da *Rerum Novarum*. E há outro nome a consignar: Concepción Arenal. Preocupou-se com as injustiças e a miséria sociais, esforçando-se pelo melhoramento das condições gerais de vida.

Num rápido excursão não seria possível mostrar o imenso panorama das realizações da Igreja, no campo social. Onde quer que se fêz preciso o influxo da sua palavra, a atividade do Pontificado, do Episcopado, dos sacerdotes e dos leigos, em favor de uma justa e legítima reivindicação social, da parte dos humildes, dos pobres, dos sacrificados e dos oprimidos, aí estêve presente a Igreja, de todos os modos, fiel aos impulsos divinos de seu coração de mãe, sensível a todos os sofrimentos de seus filhos. Não iria ela esperar o surto de

seu amor para com os infelizes, como se fôra ao acicate da rivalidade e do ciúme, em face de princípios só aparentemente humanitários, cuja essência, porém, é o ódio, e cujo método, a violência.

## **A DOCTRINA DA IGREJA, EM FACE DAS REIVINDICAÇÕES SOCIAIS**

Quando se trata de questões técnicas e de fórmulas estritamente sociais, não se julga a Igreja capacitada a dar normas ou aconselhar preferências — enquanto essas questões e fórmulas não se vinculam, sequer remotamente, ao dogma e à moral. Desde, porém, que as atividades individuais ou sociais se desenvolvam na área em que incidem os princípios soberanos e absolutos da Lei de Deus, têm os homens de subordinar-se a êles, e os católicos aos dispositivos e ordenamentos da autoridade da Igreja.

Por isso, a chamada «doutrina social» da Igreja não é um «syllabus» de postulados técnicos, nem um código de prescrições específicas, em matéria social. E', antes, um punhado de afirmações fundamentais, cristalinamente deduzidas dos princípios da doutrina moral da Igreja, assente nas páginas do Evangelho e nas Epístolas dos Apóstolos. Se, cada vez que uma face do nosso planeta se volta para o sol, dêle recebe luz e calor — assim, a atividade do homem: se ela se move numa superfície aonde chega a luz da doutrina de Deus, por esta há de ser iluminada e orientada. A doutrina social da Igreja, pois, nada mais é que o reflexo, nas atividades sociais do homem, da luz da eterna Verdade.

Não seria possível, dentro dos limites que nos impussemos, expor-vos, minuciosamente, a doutrina social da Igreja. Para evitarmos, entretanto, uma exposição que, por breve, chegasse a ser deficiente, pareceu-nos útil se-

tura do assunto, tratada, aliás, magistralmente, por numerosos autores.

Preferimos o esquema elaborado por Monsenhor Emile Guerry, Arcebispo de Cambraia, em sua substanciosa Carta Pastoral, publicada em 1957, sob o título *A Doutrina Social da Igreja*. Valha esta declaração, para não ser necessário, daqui por diante, citarmos, a cada passo, o aludido documento, do qual, aliás, seguindo-lhe a ordem, tomaremos emprestados conceitos e pensamentos, que adaptaremos às circunstâncias, vestidos da nossa pobre linguagem.

Na lei natural e na Revelação assenta a doutrina da Igreja. Acha-se ela explícita nas Encíclicas, Alocuções e Cartas Pontifícias. Por isso, não têm autenticidade as doutrinas ou teorias, mesmo de autores, grupos ou escolas, que fujam às linhas mestras ou aos ensinamentos positivos da Cátedra de Pedro.

A doutrina social da Igreja tem o seguinte conteúdo: a) verdades morais e religiosas; b) princípios morais de atividades; c) postulados fundamentais da condição humana.

O objetivo essencial da Igreja, ao propor seu sistema de princípios sociais, é estender o Reino de Deus, condicionando as relações humanas e as realidades terrestres ao supremo fim da salvação eterna dos homens.

Isso, porém, não significa desinterêsse do seu coração de Mãe e de Mestra — *Mater et Magistra* — diante de outros fins próximos e imediatos, que dizem respeito à condição humana, nesta peregrinação transitória do homem, durante sua existência terrena. Para bem ordenar êsses fins, acessórios, mas indispensáveis, tem a Igreja princípios inflexíveis e normas seguras.

Segundo Pio XII, a doutrina social da Igreja é a projeção, na ordem econômica e social, duma visão, verdadeira, e bastante ampla, do mundo e da vida; ela

do a reta razão e a fé cristã.

Há quem estranhe imiscuir-se a Igreja em matéria social, porque lhe atribua, apenas, ingerência legítima no terreno estritamente espiritual e lhe queira limitar a ação ao recinto dos templos.

Isso, se não fôsse, também, receio de que a Igreja desmantele planos e objetivos anticristãos, seria, pelo menos ingênuo desconhecimento de seu papel histórico na civilização, ou extemporânea ignorância de sua gloriosa missão, no mundo de nossos dias.

Três investiduras oneram a Igreja, para impor-lhe o encargo de seu papel social. Ela é: 1) educadora das consciências; 2) guarda, por divino mandato, da Lei moral; 3) o Corpo Místico de Cristo.

Como educadora das consciências, ela deve conduzir os homens ao seu destino sobrenatural. Fim primordial da doutrina social da Igreja é, assim, fornecer aos cristãos normas e meios com que possam modelar o mundo pela sua fé. Os obstáculos e dificuldades serão vencidos, à medida que a fé se intensifique, abastecendo-se dos recursos sobrenaturais.

Guarda da Lei moral, a Igreja não pode consentir que a ordem social e econômica entre em colisão com a ordem moral, à qual, para corresponder aos desígnios de Deus, deve aquela servir. Pio XII reafirma este papel da Igreja, dizendo ser incontestável sua competência, quando a ordem social entra em contacto com a moral, para julgar se as bases de uma dada organização social são conformes à «ordem imutável das coisas que Deus manifestou pelo direito natural e pela Revelação» (Radiomensagem de Pentecostes, de 1941).

Através da sua doutrina social, a Igreja oferece o plano e os meios de uma reconstituição social, opulenta em resultados.

Pio XII, falando, pelo Natal de 1942, traçou os princípios básicos para êsse plano:

1) Respeito da dignidade da pessoa humana e dos seus direitos.

2) Unidade interna da sociedade e unidade própria da família.

3) Nobreza moral do trabalho, postulando reformas sociais em benefício das classes trabalhadoras.

4) Reconstituição integral da ordem jurídica, no sentido de segurança do homem e tutela dos seus direitos, ante o risco das arbitrariedades do poder humano.

5) Concepção do Estado, subordinada ao proveito legítimo e justo da sociedade, do homem em ordem a seu destino.

Enfim, na qualidade de Corpo Místico, a missão da Igreja é congregar todos os homens na unidade de Cristo.

Esse grande e sobrenatural desígnio da fraternidade ecumênica deve ser preparado pelos homens, mediante, também, o modo de pensar e agir, nos diversos planos da existência, no plano familiar, no econômico, no político, no social, nacional e internacional, tanto como na ação coletiva.

Por isso, está a Igreja atenta em defender as almas, contra quaisquer doutrinas que venham pôr em risco a sua salvação eterna, embora acenem essas doutrinas com promessas e augúrios de felicidade temporal.

Pio XII, em sua linguagem clara e positiva, acentua a importância e a gravidade dessa missão da Igreja: «Se a Igreja fala e profere um juízo acêrca dos problemas da época atual, é com a consciência clara de antecipar, pela virtude do Espírito Santo, a sentença que, no fim dos tempos, o seu Senhor e o seu Chefe, Juiz do Universo, confirmará e sancionará» (Radiomensagem, Natal de 1951).

## CONCEPÇÃO DO HOMEM

A concepção cristã do homem resulta de três princípios: *A*) a dignidade da pessoa humana; *B*) a igualdade fundamental dos homens; *C*) o homem é sujeito (e não objeto) de direitos inalienáveis.

*A*) A dignidade do homem funda-se em que ele é imagem de Deus. Por isso é livre, senhor de si mesmo; responsável por seus atos e por seu destino, porquanto é conhecedor de seu destino transcendente.

Em última análise, o fundamento da dignidade do homem é o próprio Deus. «Sua dignidade — diz Pio XII — fundando-se somente em Deus, não procede de outra pessoa que não seja Deus: o homem não está subordinado às coisas terrestres, nem à produção, nem à máquina, nem ao dinheiro, nem ao progresso técnico: não é na excelência da organização ou dos utensílios, que se baseia a dignidade do trabalhador, é, antes, na religião». (Alocução de 31 de outubro de 1948).

Nessa afirmação do fundamento da dignidade humana, estabelece Leão XIII que «não devem os ricos e os patrões tratar o operário como escravo; devem respeitar nele a dignidade de homem, exalçada melhor pela de cristão. O que é vergonhoso e desumano é utilizar homens como vis instrumentos de lucro e apreciá-los tão somente na proporção da força dos seus braços».

*B*) Ao princípio da dignidade do homem está vinculado o da igualdade fundamental de todos os homens.

Leão XIII é categórico, na «*Rerum Novarum*», ao afirmar que sob o aspecto da dignidade humana, «todos os homens são iguais: nenhuma diferença existe entre ricos e pobres, patrões e servidores, príncipes e súditos».

Além dessa igualdade fundamental, diz a Igreja que entre cristãos perdura uma igualdade superior, na ordem sobrenatural: pois têm eles a mesma fé, a mesma esperança, o mesmo destino, o mesmo batismo, os mesmos

sacramentos, resgatados todos por Jesus Cristo, participantes de uma só mesa, membros de um corpo único.

Este princípio sobrenatural de igualdade é mais fecundo que o natural. Com muito maior vigor, êle estabelece a solidariedade entre os comungantes da mesma fé e os predispõe a uma fraternidade mais sólida e duradoura com todos os homens.

Do reconhecimento dêsse princípio de igualdade entre os homens, nasce a inviolabilidade dos direitos pessoais.

C) O homem é sujeito de direitos primordiais.

Primeiro direito: utilização dos bens materiais, dentro da consciência de seus deveres e conhecimento dos limites sociais.

Aí se enquadra o direito de propriedade.

Sobre êsse direito fundamental, a doutrina social da Igreja rege-se por dois princípios: a) os recursos da criação têm um destino universal e os bens da terra pertencem, fundamentalmente, à comunidade; b) a propriedade é distinta do uso. O direito de propriedade significa que cada homem pode exercê-la, «tanto sobre os bens de uso, como sobre os meios de produção» (Pio XII, Mensagem de 1 de setembro de 1944). Todavia, nesse mesmo documento, Pio XII condena, como contrário ao direito natural, a espécie de capitalismo, que, fundado em errada concepção, quer desfrutar de ilimitado direito sobre a propriedade, furtando-se às normas do bem comum.

A utilização dos bens materiais subordina-se a uma regra moral que se impõe ao proprietário. Ter a propriedade de uma coisa não equivale a dispor dela de modo nocivo à comunidade, tornando o seu uso prejudicial ao bem de todos. S. Tomás já se havia pronunciado sobre a utilização das riquezas, quando disse que, relativamente ao uso, o homem não deve possuir os bens exteriores como próprios, porém como *comuns*, de modo condicional às necessidades dos outros (II, II, q. 66, a. 2).

**Segundo direito: o direito ao trabalho.**

O trabalho tem duplo caráter: é *pessoal e é necessário*. Esse o ensino dos Pontífices.

O trabalho é *pessoal*. Significa que quem trabalha empenha nisso a integridade do seu ser: forças físicas, energia intelectual, vontade, e seus encargos e responsabilidades, nas várias condições de sua existência, com o propósito de alcançar um objetivo. Assim, o trabalho significa plena expressão do homem.

Na concepção cristã, o trabalho não é *mercadoria*, como o conceituou o liberalismo; nem como o comunismo o considera, força produtiva em proveito do Estado socialista.

O trabalho é *necessário*, visto como é o meio de que dispõe o trabalhador, para sua subsistência e a de sua família. A existência, a vida, é um dom do Criador, que importa conservar, cercanda-a de condições favoráveis, aptas à melhoria. O trabalho — meio de subsistência — é, pois, um direito, correspondente ao dever de conservar a vida e de dar subsistência à família.

Daí a instituição do salário, remuneração do trabalho. Deve êle estar em proporção com as necessidades de quem trabalha.

Sobre isso, há um trecho da «*Rerum Novarum*» que urge citar com relêvo: «Patrão e trabalhador estabeleçam, pois, muitas e excelentes convenções, tantas quantas lhes agradarem; que se ponham de acôrdo, especialmente quanto à importância do salário. Acima de sua vontade livre, há uma lei natural, mais sublime e mais antiga, a de que *o salário não deve ser insuficiente para a subsistência do trabalhador sóbrio e honesto*. Se, contrangido pela necessidade, ou compelido pelo receio de um mal maior, o trabalhador aceita condições insupportáveis, que aliás não pode recusar, porque lhe são impostas pelo patrão, ou por quem lhe oferece trabalho, *sofre uma violência contra a qual protesta a justiça*».

Mesmo que haja convenção bilateral, em tais condições, o salário não é justo. A justiça do salário é um conceito simétrico com as necessidades do assalariado. Estas ditam aquela.

Pio XI, na *Quadragesimo Anno* completou Leão XIII, na *Rerum Novarum*. O salário justo não é só o que assegura a subsistência individual do trabalhador, mas o que, também, «assegura a existência da família e torna possível aos pais o cumprimento do seu direito natural de fazer crescer a família, alimentada e vestida salutarmente».

Além de sua característica pessoal e de ser meio necessário da subsistência do indivíduo e da família, o trabalho tem um sentido social. Deus ao homem liberalizou a aptidão e o direito do trabalho, como um expediente para sua colaboração na obra divina e de iniciativa própria na construção da cidade terrestre. Pio XII vê no trabalho um fator de solidariedade humana, pois ele reúne os homens, aproxima-os, fazendo com que empenhem esforços comuns na consecução do mesmo ideal. E sobretudo é o trabalho um recurso conducente à elevação moral do homem, à realização de sua personalidade.

Como é triste, o espetáculo que, geralmente, oferece, hoje, o trabalho, tão distante das perspectivas que lhe assinala a conceituação cristã e lhe reconhecem os ensinamentos pontifícios! Embora não vigore mais aquele velho e viciado liberalismo, que fazia do trabalho objeto de transação, sujeito à mesma lei mercantil dos artigos de uso e consumo, ainda é ele menosprezado, considerado apenas meio de enriquecimento para um capitalismo espoliador, egocêntrico, sem vistas humanitárias, incapaz de reconhecer as prerrogativas pessoais do trabalhador, insensível às exigências naturais de sua condição individual e social.

Se o comunismo insere o trabalhador como peça cega na engrenagem do Estado socialista, amesquinhando-lhe a dignidade humana, não é melhor a situação que

lhe dá a plutocracia, de vários matizes, dizendo, hipòcritamente, reconhecer nêle um fator de engrandecimento da democracia, e respeitar-lhe, por isso, os direitos fundamentais, mas, de fato, tratando-o, nas relações do trabalho, como serviçal destituído de legítimas aspirações, compulsòriamente atado, por suas necessidades, à almanjarra de fabricar riqueza. Se exceções existem entre os que lidam com o homem do trabalho, não há motivo para que atenuemos o sombrio do quadro, pois a tentação a aviltar, cada vez mais, o esforço daquele que produz, em benefício lucrativo de quem o aluga, é hoje uma terrível psicose, deflagrada pela ganância.

Sim, possuímos, no Brasil, uma legislação social. Ela, em parte, satisfaz, porque frena, sob certos aspectos, a arbitrariedade do poder econômico, sujeitando os pleitos e dissídios a uma justiça especializada. Mas ainda não temos normas legais, aplicáveis, de modo eficiente, à folgança de se construir fortuna à revelia da honestidade nos negócios; nem severos dispositivos que defendam a integridade do bem comum, contra o mau uso da riqueza; como também falta patriotismo aos que preferem exilar seus capitais, na mais escandalosa indiferença, à realidade do nosso superpropalado subdesenvolvimento.

Não se diga que tais recursos legais haviam de contrariar as mais fundamentais liberdades humanas. Por mal conceituada, a liberdade, dádiva preciosa de Deus à criatura racional, tem sido empregada para malefícios, sofismada nos usos mais condenáveis. Para o mal não há liberdade. Nem autoridade, lei, ou govêrno, que possam legitimar sua má aplicação.

Se, até aqui, nos referimos ao amesquinamento do trabalhador, manuseado por empregadores sem alma, agora é a vez de nos dirigirmos ao homem do trabalho, alertando-o contra o espírito de revolta, que lhe costumam soprar os agentes subversivos.

Homem que trabalhas, que dás teu suor, todos os dias, à prosperidade do teu patrão! Não te deixes envolver em movimento nenhum, sem examinares suas causas. Aconselha-te com os mais prudentes. Desconfia da linguagem dos que são blandíciosos e calmos. Repele os que insinuem ou aconselham violências. Existem meios legais e pacíficos para que faças valer teu direito. Prefere o exame calmo e tranqüilo dos problemas que te dizem respeito, às assembléias agitadas, ao tumulto, que nada resolvem e apenas embaraçam o desfecho feliz das soluções.

Sobretudo, não tenhas ódio. Não aninhes em teu coração qualquer sentimento que venha enodoar a tua alma, predispondo-te a represálias, nunca bem sucedidas. Se tens razões contra teu patrão, não uses, para as fazer valer, métodos de subversão da ordem, insuflados por quem visa a outros interesses, que não os teus, servindo-se dêles para acobertar fins que não confessa.

Ouve a palavra do teu Pastor, que não quer senão ver realizado teu pleno destino de homem e de cristão. E para que tenhas o beneplácito de Deus, para que mereças a sua bênção fecunda, trabalha, cumpre o teu dever, e espera, tranqüilo, que o Pai do céu faça teu esforço frutificar em benefícios temporais e espirituais.

## **O COMUNISMO OPÕE-SE A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA**

E' um sistema anticristão. Nega Deus. E' materialista. Ele põe essas negações na base de seu sistema social e econômico.

Que justiça social pode nascer da negação de Deus, da negação do destino transcendente do homem? E' suficiente observar o que se passa nos países em que domina tal sistema. As reformas, as providências, as medidas, processos e métodos, inspiram-se na compressão

de toda liberdade, na total anulação da personalidade. Ali os direitos humanos são cancelados.

Além disso, tão iníquo sistema repele a autoridade superior à consciência individual. Não há lei moral, não há direito natural. Tudo se rege pelo ditame da autoridade humana, usurpadora, tirânica, despótica.

Segundo a moral comunista, um ato não é julgado bom, por sua conformidade com uma certa moral exterior, mas somente quando esteja de acordo com os interesses do partido e do sistema. Como se vê, é a consagração, irracional e imoral, do *oportunismo*, como regra das ações e padrão da conduta comunista.

O comunismo incita e alimenta a luta de classes, como se fôra um fenômeno inelutável da História, contrariando assim os designios da fraternidade cristã, de transparência tão luminosa no Evangelho, ensinada pela Igreja nos seus mais autênticos documentos, exercitada, em lances, por vezes heróicas, pelos missionários, em todas as latitudes, e praticada pelos santos, em todas as condições sociais.

A doutrina social da Igreja, ao contrário dos princípios e ideais do sistema comunista, que se propõe reformar o mundo pela violência e pelo ódio, predispõe a reconstruí-lo mediante a justiça e o amor. Sem esses dois elementos, nenhuma reforma dará resultado. E' inútil, mesmo (e no caso do comunismo, contraproducente), buscar outra inspiração. Há de ser a que Deus quer e a Igreja ensina: Justiça e caridade. A Justiça recomporá os desequilíbrios injustos. A caridade completará a justiça, onde e quando fôr conveniente. S. Tomás ensina que a Justiça se aperfeiçoa pela caridade. Pois não basta cumprir um dever estrito. Cristianismo é amor. E o amor é difusivo, por sua essência. Exige derramar-se, inundar, preencher.

Preceituou Jesus para seus discípulos uma justiça que passasse as dimensões da dos fariseus, esta literal, por

vêzes exculpadora da verdadeira, da que transborda da letra, da que envolve sentimentos de bem-querença, da que se reveste de amor.

## COMO COMBATER O COMUNISMO?

Sobram-nos as armas. As melhores armas. Não as mortíferas, que suprimem a vida física. Outras, porém, de maior poder e mais longo alcance. As intelectuais e as espirituais.

Essas armas podem ser classificadas como meios genéricos e meios específicos.

São meios genéricos: o conhecimento da doutrina social da Igreja, a oração, os Sacramentos, a penitência, o testemunho da vida. E são meios específicos: o exercício da caridade e a realização da justiça.

1. **Conhecimento da doutrina social da Igreja.** — De grande efeito para mostrar a utopia das promessas comunistas, para dissipar a miragem que êle constrói, é a exposição, clara e documentada, da doutrina social católica, cujo primeiro inabalável fundamento está no Evangelho. Até hoje, entre os vários sistemas, preconizados como aptos para a reforma social, nenhum pôde, já, sequer de longe, parecer-se com o divino Sermão da Montanha, com a doutrina maravilhosa das Parábolas e os ensinamentos simples de Jesus, a unção de cuja palavra nêles ficou guardada, para verter nas almas o milagre das ressurreições. Nenhum doutrinador soube, por mais eloqüente que tivesse sido, perpetuar-se nas suas lições frias e inertes. Só Jesus o conseguiu. Por isso, será inútil que o marxismo e o comunismo, ateus, tentem cancelar nos espíritos a influência de Jesus Cristo e apagar das almas o rastro de fogo do Evangelho.

Paralelizadas as duas doutrinas, a da Igreja e a do comunismo, esta perde em profundidade, em amplitude e em esplendor. A doutrina comunista gera ódios e produz

tranquilo e oculto ao que se sublima em rasgos heróicos.

De que serviu a Lenin viver nas estreitezas de um ascetismo pagão, se, na alma, abrigava ódio cruel e vingativo, ruminando, sinistramente, o ressentimento de uma ferida, que se comprazia em alimentar com o fel a lhe escorrer do coração?! Maior que o mais aclamado pregoeiro do comunismo, é a humildíssima Filha da Caridade, sumida em seu ofício de suavizar as chagas dos miseráveis, e cuja só aparição, de longe anunciada pelas asas brancas do seu toucado, é já uma promessa de consolo. Maior, muito maior, o missionário que, ao contacto purulento dos pobres lázaros, assiste à própria carne corromper-se e dilacerar-se, num patético sacrifício, hora a hora sofrido, aceito minuto a minuto.

Conhecer a doutrina social católica e expô-la com clareza, emoldurando-a com exemplos e ilustrações convincentes, é o primeiro meio eficaz, para contrabalançar o torvo propagandismo comunista.

2. A oração. — Esse é um meio de que o comunismo não dispõe, de que nunca disporá, porque seu fundamento primário é já uma negação do valor e eficácia da oração. Por materialista que é, e porque só acredita em instrumentos tangíveis, o comunismo não crê em armas invisíveis. Para êle, não existe a espada do espírito. Tanto melhor. Por ela é que está sendo ferido, e, por meio dela, irá conhecer a morte. Ela atinge, certamente, o ponto visado, e não há quem possa rebater ou, sequer, alcançá-la. Quando alguém a sentiu, sangra: para morrer, ou para viver. Para morrer, como o comunismo mal-são. Para viver, quando a misericórdia divina levanta alguma alma dos abismos.

Quem não sabe o que a oração vale? O Evangelho registra suas promessas. Alguém disse que ela é a fortaleza do homem e a fraqueza de Deus. A oração em comum redobra de eficácia. Façamos feixes de almas oran-

tes. Que roguem pela derrota das hostes satânicas. Que se dê ao Arcanjo S. Miguel a chefia das almas orantes, repetindo, êle, a façanha dos primórdios da criação. O dragão multiplicou, hoje, suas legiões. E os militantes do inferno, conforme a tática moderna, se mascaram e dissimulam, sob mil formas. Só a oração, poderosa por sua confiança, é capaz de desalojar o inimigo dos esconderijos e abatê-lo em pleno campo.

Oremos, particular e coletivamente, pela vitória de Deus, pelo império social, absoluto, do Sagrado Coração de Jesus, que prometeu a S. Margarida Maria, haver de reinar, apesar dos seus inimigos.

Organizem-se cruzadas de orações, nesse propósito, acentuando-se o valor espiritual da prece, segundo o espírito do Evangelho e os ensinamentos da Igreja.

**3. A prática sacramental.** — Meio efficacíssimo, quando encontram as devidas disposições em quem os recebe — são os Sacramentos, mormente o da Santa Eucaristia, onde reside o autor de todos, e autor, também, da graça. Jesus nos deixou os Sacramentos, como meios e canais da graça. Mas no da Eucaristia entramos na posse do mesmo Jesus, que vem como hóspede de nossa alma. E se lhe preparamos uma recepção condigna, se lhe pomos a casa à disposição, onde êle possa permanecer num ambiente sereno, de pureza e amor, com isso o inclinamos a fazer-nos mercês, a despachar-nos o que lhe rogamos. E por que não organizar, também, comunhões, nesse mesmo propósito, de vergarmos sua misericórdia para beneplácito do que lhe pedimos?

A oração e a comunhão, associadas, valem pelas melhores armas de uma batalha. Passemos a usá-las com a divina estratégia que a Igreja nos ensina.

**4. A penitência.** — A penitência foi o grito do Precursor. Pregou-a e exercitou-a João Batista. Jesus viveu vida penitente. Na casa de Nazaré, nas caminhadas e nos pousos, onde quer que aparecesse, dava o exemplo da

**PUBLICA, da rugueira, da discricao, da austeridade dos hábitos. Preconizou a cruz como estandarte dos seus discípulos. Abnegar-se a si mesmo e tomar a cruz. E segui-lo. Fora daí não há cristianismo. Não há religião. Não há devoção. Não há vida interior.**

A penitência mais salutar é a aceitação absoluta da vontade de Deus, em tudo, da sua vontade manifesta e do beneplácito divino. Aceitar os sofrimentos, as adversidades, os reveses, em união com a Paixão de Jesus Cristo, é transmutar vidrilhos em pedras preciosas, é cambiar a moeda mais vil pela de cotação mais alta, infinita.

E por que, outrossim, não oferecer a Deus, todos os nossos instantes de penitência, da que recebemos, ou da que buscamos, em holocausto pelo êxito dos exércitos celestes, no prélio com as falanges do comunismo, que acampam nos países por êle dominados e se infiltram, sob os mais sutis disfarces, até nos meios católicos?

O Pai que está nos céus não se deixa vencer em generosidade. Sabe pagá-la com exuberância.

**5. A Caridade.** — Ela define Deus. Deus é amor, disse-o o evangelista que repousou a cabeça no coração de Jesus. Caridade é o transbordamento de Deus no universo, nas coisas criadas. Ele nos criou, por amor. Alguém comparou o amor que vibra no seio da Trindade, com a energia do sol, que não pode conter-se na esfera do astro. Explode em calor e luz que vem beneficiar as criaturas.

Amar a Deus é o mandamento supremo. Amar o próximo, por amor de Deus, é uma face dêste mesmo amor. Exercitado pela criatura, em relação a seu semelhante, reparte-se o amor em caridade espiritual e material. Ambas, informadas do amor de Deus, transfiguram em sobrenatural a mais pequenina ação, divinizam as palpitações do sono e da vigília, ensinam-nos a ver Jesus nos farrapos do pobre e a descobrir Deus no mais leve pal-

picar de asas, no respo da planta, sou todas as multivariadas modalidades do mundo que atingem nossos sentidos e percebe nossa razão.

Também a caridade, nos seus múltiplos aspectos, podemos pô-la a serviço dêste ideal, o de inclinarmos Deus para o nosso lado, que é o seu, onde se acham as almas de sua predileção; onde há corações estremecendo de amor por Ele, nas piras silenciosas das cartuxas e dos carmelos; onde vigiam, sangrando, nos labôres do apostolado, missionários, homens e mulheres, exilados da pátria e da família; onde, de almas inocentes de crianças, sobem espirais de amor puro, de um amor que o mundo ainda não contaminou; onde existem, por certo, justos, em número suficiente, para deterem o fogo do céu a ameaçar as sodomas e gomorras do nosso tempo.

A caridade rende o coração de Deus. Façamo-la nossa mensageira, a rogar que o comunismo naufrague em suas próprias águas, e os náufragos se salvem nos braços, estendidos para êles, da divina e onipotente misericórdia.

**6. O testemunho da vida.** — Quem ora bem, recebe a Santa Eucaristia com peregrino fervor, transforma as adversidades em meio de expiação, ama a Deus e o próximo, fazendo que o amor frutifique abundantemente — êsse tem já vida exemplar.

A vida que testemunha Deus, exerce um poder de convencimento, mais decisivo que os melhores argumentos apologeticos. Que espetáculo de soberana beleza, a vida dos santos, principalmente se eram da nossa condição, passaram pelas mesmas vicissitudes e se situaram em ambiente igual ao nosso! Agostinho cede ao incitamento que lhe vem da leitura, em que vislumbrou almas, não diferentes da sua, apenas decididas e fortes. «Se êstes e estas foram assim, por que não eu?» Inácio de Loiola entrega suas armas milicianas, num repente de entusiasmo, ante a vida dos santos. E no si-

lência e obscuridade das almas sem história, quantas vezes o exemplo alheio foi que resolveu as dúvidas, retemperou as friczas e acendeu novos amôres?!

Vençamos o comunismo, também com essa arma, tão prodigiosamente eficaz: a arma do testemunho. Testemunho sincero, tranqüilo, discreto, que não alardeia, que não fosforece, nem copia o farisaísmo execrado por Jesus. Testemunho fecundante, que se alimenta da seiva da graça, e por isso dá os melhores frutos, sumarentos, nutritivos, a seu tempo.

**7. Justiça e caridade.** — Entre estas duas virtudes reina, mesmo entre católicos, certa confusão, que é preciso dissipar. Valemo-nos, para isso, de uma tese admirável, de Garrigou-Lagrange, constante da XXª Sessão das «Semanas Sociais de França», no ano de 1928.

Por sua origem, objeto e exercício, justiça e caridade são distintas e irreduzíveis. Sua solidariedade, porém, é necessária no terreno social. De tal conjugação pende o serem resolvidos graves problemas da vida social, nacional e internacional. Nem basta a justiça, sem a mão da caridade, nem é suficiente a caridade, desajudada da justiça, para que a solução dos problemas seja uma solução satisfatória, sob todos os aspectos.

Há, na verdade, quem preconize a justiça como solução suficiente, alegando ser a caridade medida inadequada e extemporânea. E há, também, os que pretendem fazer da caridade colorido véu, a encobrir deveres de justiça não cumpridos.

Razão não têm os primeiros e, muito menos, os segundos, que pretendem anestesiar a consciência com liberalidades cenográficas, *sicut pharisaei*.

Vejamos, pois, em que diferem, em que se harmonizam, justiça e caridade, e como esta completa e aperfeiçoa aquela.

Segundo o ensino tradicional dos teólogos, justiça é uma virtude essencialmente natural, adquirida, que se desenvolve, como as demais virtudes humanas, pela re-

petição dos atos. Corresponde ela à necessidade inata do ser dotado de razão, necessidade de realizar o ideal racional, onde quer que este se lhe apresente — mas também à necessidade particular de manter e desenvolver com os outros relações, sem as quais o viver em sociedade, conatural ao homem, seria impossível. Aqui se acentua o caráter humano da justiça. Como virtude moral, só acidentalmente, pode a justiça ser sobrenatural e infusa.

Ao contrário, a caridade é, essencialmente, virtude sobrenatural, infundida por Deus na alma, mediante a graça santificante. A caridade consiste, de modo formal, em amarmos a Deus, por Ele mesmo e acima de todas as coisas, e amarmos o próximo como a nós mesmos, por amor de Deus.

Assim, no cristão, que vive de sua fé, o exercício da caridade divina não pode separar-se do exercício da justiça humana, sobrenaturalizada pela graça, tanto como não se dissocia do exercício das demais virtudes morais infusas — o que não tira, aliás, à justiça sua essencial origem humana.

Mas a origem humana da justiça explica-se por seu objeto, que é o direito de outrem, independentemente das relações de indiferença, amizade ou inimizade, com as pessoas, sujeitos de direito. Ao inverso, a caridade divina preceitua que amemos a nosso próximo, por Deus, sem que as pessoas, objeto de nossa amizade sobrenatural, a esta tenham qualquer direito. Pois este amor sobrenatural ao próximo é, em realidade, um aspecto particular de mesmo amor para com Deus. É, assim, um dom que oferecemos, e não uma dívida que pagamos. A diferença é transparente, quando fazemos a seguinte observação: pela caridade, impõe-se que amemos o próximo, sem que ele a isso tenha direito; pela justiça, satisfazemos a um direito do próximo, sem que tenhamos obrigação de o amar, pessoalmente. Na caridade, ele é *alter ego*, outro eu mesmo; na justiça é outro, sim-

plesmente. Pela caridade, o que no próximo nos interessa, e é o que nêle amamos, sobrenaturalmente — mesmo que, naturalmente, não nos inspire simpatia — é sua alma, pois que nos incumbe promover para ela a procura e o encontro dêsse Deus que amamos; pela justiça, a alma do próximo, em que a personalidade humana se enraíza, que não nos interessa, e, sim, apenas, devemos querer simplesmente seu direito, que nos obriga a não lesá-lo.

Observemos, agora, a justiça e a caridade, do ponto de vista prático.

Com efeito, não pode alguém dizer que tem caridade, menosprezando a justiça. E' na caridade que acham sua conexão tôdas as virtudes morais, humanas ou divinas, naturais ou sobrenaturais. E' neste sentido que bem se compreende ser a caridade aquêle *vinculum perfectionis*, a que alude o Apóstolo S. Paulo. Também é certo que os que não crêem, ou os que perderam a fé, embora não sejam capazes da caridade, não se acham dispensados de praticar a justiça.

Se a justiça é obrigatória, mesmo desvinculada da virtude da caridade, todavia requer para seu fundamento e estímulo um natural sentimento de fraternidade humana.

Quando se indaga da primeira raiz da justiça, o que, de pronto, surge é o «fato» da vida em sociedade. A justiça é um impositivo da vida gregária, regulada pela razão. Outra indagação: por que vivem os homens em sociedade? Para que tenham uma vida de acôrdo com sua natureza de sêres racionais, criados à imagem de Deus. A simples observação dos dotes que o Criador liberalizou à sua criatura implica em reconhecer-se que a sociabilidade é uma inclinação ingênita, é uma tendência natural, resultante da confluência de numerosos fatores individuais, sentimentos de apêlo ao auxílio de outrem, reconhecimento da precariedade do indivíduo isolado e solitário. Ora, a justiça, num conglomerado de

sêres racionais em convivência, é um postulado de harmonia e tranqüilidade social.

Então, e por quê, as sociedades humanas não melhoram? Como se explica que, ao lado de iniguais condições entre os indivíduos, por contingências de fatores inacessíveis ao seu arbítrio e regulação, se criem outras condições desfavoráveis à igualdade, quando podem ser suprimidas pela prudência e sabedoria humana?

Explica-se pelas dificuldades inerentes ao próprio objeto da justiça, e pelo surto dos egoísmos, radicados no que em nós deixou o pecado original.

Não esqueçamos que a justiça é dar a outrem o que lhe é devido, sem consideração pessoal. Devemos, antes de pensarmos em nós, pensar no próximo. Há pessoas que encontram, por seu temperamento, facilidades no exercício da justiça. Mas é preciso convir que, vinculada à própria justiça, há exigência de um esforço tanto mais difícil, quanto em nós é vivo o egoísmo, sob as mais variadas formas.

Transportada essa situação, da justiça particular, que regula as relações interindividuais, para o plano da justiça social, cujo objeto é o bem comum, é fácil de entender a lentidão em se estabelecer essa justiça, e por que o sentimento de fraternidade (seu fundamento próximo, Deus sendo seu fundamento último) não tem capacidade suficiente de incentivá-la ou promovê-la. Ao acervo dos preconceitos nascidos do velho egoísmo individual, vêm somar-se os que se originam da vida em comum.

Além disso, o objeto da justiça se enevoa, no complexo das várias espécies de um *bem comum*, que é de cada um e, igualmente, de todos, pois que todos, com o mesmo título de cada um, vivem em sociedade, para prover-se nesse bem comum daquilo que a cada um é necessário, para viver vida digna de um ser humano, simultaneamente dotado de razão e de liberdade.

Não é possível esquecer que, a despeito da desigualdade natural, vigente nas condições individuais em que

vivem os homens em sociedade, e do valor social, relativo, daí decorrente — todos são homens. A êste título, todos têm iguais direitos a uma vida verdadeiramente humana, e ao uso, de modo permanente, de tudo o que, material, intelectual e moralmente, a vida exige. Os direitos cívicos, proporcionados ao valor social dos homens, e que constituem objeto da justiça distributiva, não podem entrar em conflito com os direitos humanos fundamentais, por sua vez, objeto da justiça social, e sômente podem ser preservados, se cada qual colabora com o melhor que pode, no bem comum, e retribui à sociedade aquilo que lhe é devido.

E o que é devido à sociedade? Primeiro, tudo o que prescrevem as leis justas — isto é, as leis promulgadas em vista do bem coletivo, pela autoridade legítima, e que não imponham encargos em conflito com os deveres decorrentes do direito natural, superior ao do bem comum.

Além disso, nem tudo pode ser ordenado pela lei, em face do bem geral. As leis sociais são feitas, pouco a pouco, e os indivíduos que vivem em condições inferiores nem sempre podem esperar suas soluções. E' necessário, assim, que a sociedade supra a insuficiência ou lentidão das leis, com medidas de justiça e equidade, ditadas pelas exigências do bem comum e dos direitos da pessoa humana.

Garrigou-Lagrange — de quem estamos tomando de empréstimo êstes admiráveis conceitos — acentua a rareza com que se toma tal atitude social, de procurar-se suprir o que as leis não comportam, ou sanar suas omissões. O contrário é o que se vê: a preocupação de buscar-se invalidar as leis existentes, de fugir, por meio de chicanas, a seus impositivos mais legítimos e razoáveis. Veja-se o caso do impôsto de renda, entre nós menos gravoso do que em outros países e, entretanto, objeto, por parte de emprêsas poderosas ou de ricos senhores, de fraudeção, por meio de sutilezas e artimanhas, nas declarações sonegadas.

Quem, hoje, entre os possuidores de numerosos bens de fortuna, tem noção e consciência do dever de fazer reverter o seu supérfluo para o bem comum? Há, mesmo, no seu entender, bens supérfluos? Não, porque tudo fazem para recriar e reproduzir seus bens, sob ditame do puro egoísmo individual, quando não os gastam em investimentos na indústria do pecado, com o vil desígnio de saturar os instintos humanos menos nobres.

Note-se que a noção de supérfluo não abrange um conceito demasiado amplo, de modo que se entenda começar êle onde acabam os deveres estritos da suficiência individual ou familiar. Cada qual tem deveres, que se alargam em vários círculos de convivência. E é preciso atender às relações decorrentes das várias e simultâneas condições de vida de um chefe de família e membro da comunidade social.

Entretanto, o mínimo que a fraternidade humana deveria afiançar é esta atitude social de buscar-se dar ajuda aos que a lei não protege, sob certos aspectos, e a contribuir para o bem comum com o que sobeja do erário particular.

Tudo, na vida, conspira para o estreitamento dos laços recíprocos dessa fraternidade. Nada há que dissuada a razão e o coração, das obrigações mútuas que os homens devem uns aos outros. Homem nenhum vive ou prospera, sem a cooperação de todos. Cada qual tem sua quota na construção do progresso, na elaboração da cultura, na obra da civilização. Existirá alguém, com sentimento de tal orgulho, que possa dispensar o auxílio de seus semelhantes?

O amor da família, o amor da Pátria, se alicerçam, primariamente, neste postulado da natureza humana.

Superior aos impulsos da fraternidade humana, que colide com outros movimentos de instintivo egoísmo, e superior juntamente porque recebe energias para combatê-los, é a virtude sobrenatural da caridade. O que a fraternidade não consegue, alcança-o a caridade. E' su-

ficiente ver-se o que ela tem feito, em todos os tempos e em todos os lugares. Sua história é um poema divino, pois manifesta o quanto podem as forças humanas com a infusão da graça.

Se exercitar a justiça é a virtude natural de restituir o devido ao seu dono, quer se trate de objetos materiais, quer se trate de direitos de que outrem seja legítimo titular — o que não supõe amizade nem preceitua amor — praticar a caridade é também isso, e muito mais. A caridade tem uma visão total do ser. Enquanto a justiça vê a pessoa apenas em um ângulo — o dever de atribuir e retribuir correlativo ao direito de possuir — a caridade envolve-a num olhar profundo e extenso, que descobre sua origem divina e seu destino sobrenatural. Assim, a caridade enxerga Deus na criatura. Dêsse olhar que abrange tudo, decorre o superior designio da caridade: dar Deus a outrem, por todos os expedientes, o da beneficência física e material, o da caridade intelectual e espiritual. Se a diferença substancial, entre a caridade, sobrenaturalizada com êsse divino propósito, e a solidariedade, a filantropia, a fraternidade, que planam na superfície do homem, não adentram a sua alma, não atingem a sua razão eterna.

Ademais, se a justiça não supre a caridade, a caridade pressupõe a justiça. O magnata do dinheiro, que abre sua bolsa para empreendimentos cancelados com o nome da caridade, porém não remunera seu empregado com justo salário, é réu da justiça, e da caridade, simples farçante.

Vale a pena para aqui trasladar, textualmente, algumas palavras de Garrigou-Lagrange, na já citada tese: «Se verdadeiros cristãos fôssemos; se, na verdade, nosso amor para com Deus nos impelisse a amarmos sobrenaturalmente nossos irmãos — irmãos sob aspecto humano e sob aspecto divino — e a querer-lhes levar Deus, por qualquer preço, assegurando-lhes, assim, sua salvação eterna, por certo empregariamos, logo, tôda a

nossa fraterna caridade, em suprimir as injustiças de que nossos irmãos se tornam vítimas, e que, por isso mesmo, os afastam de Deus. Nós o fariamos, sim, ao primeiro impulso, por amor da justiça, que é excelsa virtude, e nos deve inclinar, por sua mesma índole, a respeitar o bem alheio. Mas o fariamos, também, por força da caridade, e por amor dêsse soberano Bem, do qual devemos apossar-nos, e procurar que também o possuam nossos irmãos, por todos os meios, inclusive, primordialmente, a justiça social. Ah! se fôssemos Vicentes de Paulo, resolvida estaria a questão social. Fariamos não só que as injustiças tôdas fôssem suprimidas, mas nos empenharíamos em aperfeiçoar a justiça, para que não houvesse mais favelas e para que as famílias numerosas não padecessem desestímulo; para que as leis não fôssem falhas em suas providências para com os operários e os pobres; ressaltando-se, por seu lado, os legítimos direitos dos donos de emprêsas, numa conciliação razoável, justa e cristã, entre os mútuos deveres de patrões e empregados.

Enfim, se nos compenetrássemos do sentido de nossa condição humana e de nossa vocação cristã, do valor de nosso batismo, das virtudes de nossa fé e do poder do amor de Deus — não existiriam tantos dos males que nos assoberbam, ou, pelo menos, sendo êles sinistro vestígio do pecado, seu salário fatídico, não haveriam de crescer até o paroxismo a que chegaram, criando desesperadoras tragédias.

A justiça social deve progredir. Façamo-la progredir, sem a ilusão de que a tudo venha remediar, mesmo quando chegasse a ser perfeita, pois os tempos criam necessidades novas, estas, novos problemas, e, por sua vez, êstes demandam remédios novos.

A caridade jamais acabará. Quando ela não tiver mais aplicação neste mundo; quando os tempos fôrem consumados, aí sobreviverá na sociedade dos eleitos, em transbordamentos inefáveis entre Deus e os cidadãos do céu.

Mas, enquanto esperamos a Parusia, no encerramento do ciclo do tempo, exercitêmo-la sob tôdas as suas formas circunstanciais. Nisso está a solução das presentes dificuldades — solução única e insubstituível.

A caridade tem, assim, liames estreitos com a justiça. O que hoje é justiça, ontem foi caridade. Do mesmo modo, a caridade de hoje será a justiça de amanhã.

## **ONDE SE ACHA A INFLUÊNCIA DO COMUNISMO?**

Em tôda parte. Ponhamos, todavia os olhos em nossa Pátria, para nela apontarmos as brechas, por onde penetra insinuante, capcioso, sutil, sob formas variadas, o influxo do espírito comunista.

Há os que pensam que o comunismo não existe entre nós, porque julgam que sômente é comunismo o oficial, com foice e martelo, compressão de todos os direitos e linguagem brutal. Êsses são cegos ou espertos. Não enxergam, ou fingem não enxergar, que a tática empregada pelo comunismo nas áreas a conquistar, sobretudo se nelas persiste uma resistência ideológica vigorosa, é dissimular, é agir indiretamente, é assenhorear-se dos meios de propaganda, infiltrando-se, por meio dêles, no seio das escolas, das famílias, nas associações de classe, nas reuniões cívicas, nas várias esferas do poder, e, por inacreditável que pareça, nos círculos religiosos.

Num folheto, impresso na China vermelha e espalhado na América do Sul, há êste trecho: «A linha de ação contra a igreja é a de instruir, educar, persuadir, convencer e, pouco a pouco, despertar e desenvolver plenamente a consciência política dos católicos, mediante sua participação nas atividades políticas. Por meio dos ativistas devemos empreender a luta dialética no seio da religião. Progressivamente, substituiremos o elemento religioso pelo marxista».

Assim, o comunismo vermelho, compacto, se descolore e fluidica, para lograr aceitação ou apoio. Usa para isso os diversos processos de arruinamento e deliquescência, dissimuláveis como métodos específicos da doutrina, porém de efeito certo, e pronto rendimento, quando planificados por estrategistas do sistema e manuseados por inocentes úteis a seu serviço.

Se males existem, que não ao comunismo devam-se atribuir, pois são velhos e inderrancáveis, êles têm o mesmo pai do comunismo, procederam da mesma estirpe. Foi o liberalismo que os gerou. Desaparecido o progenitor, o comunismo adotou todos os seus filhos, alimentou-os, deu-lhes vigor. E os velhos males cresceram, num gigantismo, que não dizemos teratológico, porque se desenvolveu segundo as próprias leis de sua sinistra dialética, nem aberrou de sua lógica de ruínas e de sangue.

Comunismo é um grito de rebelião. Rebelião do ódio. Onde um sofrimento floresceu em amargura, rebentou uma sementezinha de ressentimento, ou um germe de malquerença brotou, aí o comunismo foi orvalho da madrugada, chuva providencial, para o crescimento rápido do caule, que se entumescceu de ódio até o sazonar do fruto venenoso.

E quais êsses frutos?

A rejeição da disciplina interior, fundamento da espiritualidade e da pedagogia cristã.

A revolta contra a hierarquia da autoridade, na família, na sociedade, no Estado.

A desenvoltura dos assuntos relativos ao sexo, a tal ponto que parece estarmos a assistir ao estouro de um velho dique, com o desbordamento de águas pútridas e lamacentas, coalhadas de miasmas, a invadirem tudo, numa propulsão que faz quase inúteis as resistências.

A mentalidade do aproveitamento máximo, no tempo mínimo, de todos os requintes da volúpia, de todos os

meios de enriquecimento, de todos os expedientes do conforto.

O espírito de insubordinação da mocidade aos ditames da antiga moral doméstica, a qual, se tem aspectos que podem ser adaptados aos novos tempos, possui fundamentos firmes, capazes de sustentarem a única estrutura da família, consentânea com os desígnios de sua instituição.

O transvio das artes recreativas, desnaturando seus objetivos legítimos, transformando-se em veículo do despudoramento dos costumes.

A guerra ao espírito clássico, na instrução. Entretanto é ele compatível com a acolhida de ciências novas e novas técnicas, e, até mesmo, para elas necessário, pela índole de ordenamento e disciplina dos antigos e sempre fecundos métodos de ensino.

E por fim — fruto específico da árvore maldita — o ódio à religião, o combate insidioso à Igreja Católica, traduzidos, através da publicidade, no envilecimento das doutrinas e praxes católicas, no desprezo da pregação, do catecismo, na valorização dos costumes contrários à moral cristã; no engalanado noticiário de festas mundanas, em que pompeia o paganismo, agravado pelo paradoxo de florescer em época cristã, num país católico, e numa sociedade que faz praça de seus sentimentos católicos...

Mas há um ponto de mira do comunismo disfarçado, um alvo para o qual ele aponta suas melhores armas, e que não podemos deixar de acentuar, porque aí se acha o nódulo vital da estrutura da sociedade, daí se irradia um influxo fecundo em transmitir o bem ou o mal. E' a Família. Não vamos repetir conhecidos argumentos, antropológicos ou sociológicos, que fundamentam a importância única da sociedade doméstica.

Entremos no santuário da Família. Digamos assim, porque a santidade da instituição não é atingida pelos

que, à sua sombra, prevaricam, desnobreando-se, apenas, a si mesmos.

O comunismo profanou, também, o santuário da Família. Pai e mãe, moldados pelo espírito do sistema, construíram um lar, à sua própria imagem e semelhança. Não podem ali, ambos, impor quaisquer princípios de regulação moral. Como, se vieram sem nenhum, e, apenas, com o propósito de descansar da boêmia da solteirice, ou variar de vida, para distração? Tirar da vida o mais e o melhor, em pouco tempo, eis a máxima dos que se casam sem ideal ou já fatigados. Para êsse objetivo, os expedientes variam ao infinito. Tudo serve. Se, por acaso, vêm filhos, êstes, desde pequenos, têm em casa o figurino, o molde e o espelho. Se é filho, homem, ainda adolescente, goza, já, de autonomia e contraiu cedo todos os hábitos que desgastam as energias e desvirilizam o caráter. Se é filha, depressa aprendeu, também, modos e praxes, de «bom tom», que fazem à mulher jovem perder o que nela é graça espontânea e encanto natural do sexo.

Não é de admirar que, de um lar assim, a unidade sentimental e a homogeneidade da educação bem orientada estejam ausentes. Aí não existe o amor, bússola dos perdidos na tempestade. Por isso, os naufrágios são inevitáveis. Porque nesse lar acampou o espírito satânico da revolta, trazido pela revista dissipadora, mostruário de nudezas; pelo livro desmoralizador dos conceitos mais sagrados, fazendo nas suas páginas viverem criaturas da pior degradação moral; pela influência do cinema, em que nenhum escrúpulo existe em se escolherem assuntos, tipos e cenas; pela televisão, que multiplicou, em eficácia perniciosa, o influxo do cinema; pela generalização de cacoetes sociais, infelizes, falhos de moral e, mesmo, de simples discrição.

Quando um lar assim naufraga, pouco tem já que perder, pois há muito que vinha largando pedaços, a ca-

da embate do marouço, sem que o sentisse, tão frágil e precária fôra a consolidação moral dos seus elementos.

Importa, pois, de modo urgente, purificar a Família de seus vícios atuais, dos pecados que contraiu, do espírito de dissolução de que se acha possuída, e, premuni-la contra a sutil inoculação de outros tóxicos, a fim de que volte a saúde ao organismo social, e, por sua vez, possa êste resistir às devastações do comunismo, tràgicamente manifestas onde êle domina, vilipendiando os mais sagrados direitos humanos.

## MATER ET MAGISTRA

Acompanhando a esteira luminosa dos seus predecessores, que, na efervescência dos problemas sociais, sentiram a necessidade de reavivar a luz da verdadeira doutrina, como fôsse auspicioso farol, colocado no alto, a mostrar a rota segura e os perigos a serem evitados — o Pontífice, gloriosamente reinante, Sua Santidade João XXIII lançou, há pouco, memorável Encíclica, já bastante conhecida por suas palavras iniciais: *Mater et Magistra*.

Deixando para outra oportunidade a apresentação da Encíclica, com os comentários respectivos a seus admiráveis ensinamentos, não poderíamos finalizar êste nosso opúsculo, sem saudar êsse notável documento, cujo aparecimento é mais uma prova do amoroso desvêlo do Divino Espírito Santo, para com a Igreja de Jesus Cristo, suscitando-lhe, «tempore opportuno», guias e chefes capazes, a fim de a conduzirem, de acôrdo com os desígnios eternos.

A Encíclica do Papa João XXIII recorda as doutrinas constantes da *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno*, e de vários pronunciamentos de Pio XII. Sugere, depois, normas e critérios, de acôrdo com as modificações sofridas pelo teor dos problemas, nestes últimos vinte anos.

Não deixa o Pontífice de acentuar que a situação de inumeráveis trabalhadores, em muitas Nações e continentes inteiros, produz no coração do Pai dos cristãos uma amargura profunda. A contrastar com essa situação de penúria — ainda é o Papa quem diz — uns poucos privilegiados ostentam luxo berrante e acintoso, gasta-se demasiado em aprestamentos de guerra, ou sacrificam-se necessidades do povo, em benefício de um «mal entendido prestígio nacional».

A respeito do equilíbrio entre a remuneração do trabalho e o rendimento, é necessário, acentua o Papa, que êle deve ser feito com vistas ao bem comum, tanto da comunidade nacional, como de tôda a família humana.

E quais são as exigências do bem comum? A Encíclica as enumera: dar emprêgo ao maior número; evitar que se formem categorias privilegiadas entre os trabalhadores; justa proporção entre os preços e o poder aquisitivo; tornar os bens e serviços de interêsse geral acessíveis ao maior número; reduzir, ou cancelar o desequilíbrio entre a agricultura, a indústria e os serviços públicos; adaptar as estruturas da produção ao progresso da ciência e da técnica.

Mostra o Santo Padre a caducidade das ideologias que não levam em conta o homem integral, assim como põe em relêvo a perene atualidade da doutrina social da Igreja. Aconselha que seja ela conhecida e praticada. Propõe que seja divulgada por todos os meios modernos: o livro, o jornal, a revista, o rádio e a televisão.

Como fecho da Encíclica, o Papa João XXIII relembra a nossa condição de membros vivos do Corpo Místico de Cristo, citando o passo do Apóstolo, em sua 1ª Carta aos Coríntios, cap. XII, v. 12. E acrescenta:

«Por isso exortamos insistentemente Nossos filhos, em todo o mundo, pertencentes ao Clero ou ao laicato, a se convencerem da grande nobreza e dignidade que lhes vem de estarem unidos a Jesus Cristo, como ramos à

videira: «Eu sou a videira e vós os ramos» (Jo 15, 5), e de poderem participar da própria vida d'Ele. Em vista disso, quando os fiéis exercem suas atividades temporais, profundamente unidos ao Santíssimo Redentor, o trabalho dêles se torna como a continuação do trabalho de Jesus Cristo, penetrado de sua força e virtude redentora: «O que permanece em Mim e Eu nêle, êste dá muito fruto» (ibid.). Assim, o trabalho humano de tal modo se eleva e se enobrece, que conduz para a perfeição da alma aquêles que o exercem, e pode contribuir para estender e difundir os frutos da Redenção de Jesus Cristo. Daí também decorre que os preceitos cristãos, como fermento evangélico, penetram as veias da sociedade civil em que vivemos e trabalhamos.

Embora reconheçamos estar o nosso século invadido de erros gravíssimos e agitado por desordens profundas, acontece no entanto que, em nossa época, se apresentam aos operários da Igreja imensos campos de trabalho apostólico, que dão grande esperança às nossas almas».

Sim, o que constitui nossa nobreza é nossa inserção, pelo batismo, no Corpo Místico. Aqui devemos beber as energias sobrenaturais, para nossa vida e nossas atividades. Sem essa participação vital no tronco da videira — Jesus Nosso Senhor — nada somos, nada poderemos.

Para exata observância da doutrina social da Igreja, como para combatermos, dentro das normas da prudência, as doutrinas comunistas, vamos beber na fonte da graça, nos Sacramentos, e aí acharemos o segrêdo de uma vitória, que não depende das forças humanas e dos recursos materiais.

Nossa Pátria tem sofrido reveses e adversidades, parte em razão de males internos, parte como reflexo da situação mundial. As vicissitudes econômicas da população têm feito derivar, para ideologias subversivas, a esperança de alguns, desconhecedores que são da His-

tória e fracos de espírito. Não será o comunismo, com o seu painel de pavorosas realizações, que vai sanar os nossos males, ou trazer-nos qualquer benefício. Antes, no repúdio que lhe oferecermos, ao mesmo tempo que sejamos fiéis às nossas tradições de crença e de amor à Pátria, com fervorosa confiança em Deus — é que encontraremos o caminho para as soluções acertadas.

Demos a Jesus Cristo, no Brasil, condições favoráveis, para que Ele reine e impere, de modo absoluto. Prepararemos-lhe, em nossa terra, um reinado social fecundo. Que Ele reine na Família, na escola, na sociedade, no governo. Porque, quando Ele reinar, soberanamente, em nossa Pátria, impotentes serão as forças do mal para subjugá-la.

